



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE FINANÇAS

**RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO
DE 2022**

Versão: 002

MAPUTO, MARÇO DE 2023

ÍNDICE

SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	2
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	3
1. INTRODUÇÃO	7
2. BALANÇO DAS REALIZAÇÕES DO ANO DE 2022.....	8
2.1. Objectivo Estratégico A: Assegurar uma Resposta mais Eficaz à Estratégia das Finanças Públicas e Demanda de Serviços Complementares à Gestão das Finanças Públicas	8
2.1.1. Resultado 1: Criada a capacidade organizacional do CEDSIF, IP para responder a demanda dos clientes de Gestão das Finanças Públicas e serviços complementares	8
2.1.2. Resultado 2: Assegurada a entrega das demandas de Gestão das Finanças Públicas	10
2.1.3. Resultado 3: Assegurada a entrega de demandas de clientes dos serviços complementares	15
2.2. Objectivo Estratégico B - Assegurar a Satisfação dos Clientes e Outras partes Interessadas.....	17
2.2.1. Resultado 1: Assegurada a satisfação do cliente e outras partes interessadas.	17
2.3. Objectivo Estratégico C - Assegurar a Auto-suficiência Operacional do CEDSIF, IP...20	
2.3.1. Resultado 1: Garantida a implantação do sistema de Gestão de custos operacionais do CEDSIF, IP.....	20
2.3.2. Resultado 2: Garantida a sustentabilidade operacional do CEDSIF, IP.....	20
2.4. Objectivo Estratégico D - Contribuir para Realização Socioprofissional dos Colaboradores	22
2.4.1. Resultado 1: Criada capacidade humana competente no CEDSIF, IP	23
2.5. Objectivo Estratégico E - Melhorar o Reconhecimento do CEDSIF, IP	23
2.5.1. Resultado 1: Assegurada a certificação dos sistemas de gestão	24
2.5.2. Resultado 2: Promovida a imagem, produtos e serviços do CEDSIF, IP.....	26
3. SERVIÇOS DE SUPORTE INSTITUCIONAL.....	27
3.1. Instrumentos de administração e gestão do CEDSIF, IP.....	27
3.2. Recursos Humanos	27
3.3. Gestão de Contratos de Aquisição de Bens e Serviços	27
4. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	29
4.1. O Orçamento.....	29
4.2. Execução Orçamental e Financeira	29
4.2.1. Saldo Inicialdo dia 1 do mês de Janeiro do ano de 2022.....	29
4.2.2. Entradas registadas no período	30
4.2.3. Execução.....	32
4.2.4. Saldo financeiro do dia 31 do mês de Dezembro do ano de 2022	34
5. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.....	36
6. ANEXOS	37

SIGLAS E ACRÓNIMOS

APCER	Associação Portuguesa de Certificação
AT	Autoridade Tributária de Moçambique
BM	Banco de Moçambique
CEDSIF, IP	Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças, IP
CEF	Cadastro Único de Empreiteiros de Obras públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços ao Estado
DNCP	Direcção Nacional de Contabilidade Pública
DNGDP	Direcção Nacional de Gestão da Dívida Pública
DNTCEF	Direção Nacional do Tesouro, Cooperação Económica e Financeira
e-CAF	Sistema Electrónico de Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
e-SISTAFE	Sistema Electrónico do Sistema de Administração Financeira do Estado
e-SNIP	Plataforma de Cadastro e Avaliação de Projectos de Investimentos Público
e-Tributação	Sistema Eletrónico de Gestão de Arrecadação de Receitas
FAE	Funcionário e Agente do Estado
INNOQ	Instituto Nacional de Normalização e Qualidade
NICSP	Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público
MAEFP	Ministério de Administração Estatal e Função Pública
MOPHRH	Ministério das Obras Publicas, Habitação e Recursos Hídricos
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MFP	Módulo de Gestão da Folha de Pagamento
MPE	Módulo de Gestão do Património do Estado
MEO	Módulo de Elaboração Orçamental
MEX	Módulo de Execução Orçamental
MPO	Módulo de Planificação e Orçamentação
NUIT	Número Único de Identificação Tributária
ODAMoz	Base de dados da ajuda externa
PAO	Plano de Actividades e Orçamento
PAA	Plano Anual de Aquisições
PESOE	Plano Económico e Social e Orçamento do Estado
PIGTur	Plataforma Integrada de Gestão de Turismo
SDSI	Serviço de Desenvolvimento de Sistema de Informação
SEMOR	Serviço de Modernização e Reformas
SGA	Sistema de Gestão Autárquica
SINAGEC	Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construção e Orçamentação
SINEM	Sistema de Informação e de Negociação de Mercadorias
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SGSI	Sistema de Gestão de Sistemas de Informação
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SNGRHE	Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado
SNGP	Sistema Nacional de Gestão de Pensões
SNV	Sistema Nacional de Vencimentos
UGB	Unidade Gestora Beneficiária
UGC	Unidade de Grandes Contribuintes
UGE	Unidade Gestora Executora
VD	Via Directa

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório apresenta o balanço das realizações do CEDSIF, IP do ano de 2022, no âmbito da implementação do seu Plano de Actividades e Orçamento (PAO). As suas acções assentam na prossecução dos seus objectivos estratégicos estabelecidos para o período 2021-2024, os quais reflectem a visão do CEDSIF, IP, como instituição que presta serviços da responsabilidade do Estado e de interesse público, na área de modernização de processos de Gestão das Finanças Públicas e seus processos complementares, de consultoria de negócio e desenvolvimento de soluções informáticas, de gestão e operação de sistemas informáticos, de inteligência de informação de negócio e serviços de certificação digital, aos sectores públicos e privados.

Em 2022 destacam-se as seguintes realizações:

- Efectuadas melhorias evolutivas ao **Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO)**, visando atender os processos de planificação e orçamentação e de monitoria e avaliação da execução dos instrumentos de planificação, com a disponibilização das funcionalidades de Monitoria e Avaliação do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE), com mecanismos para a captação do nível de execução das metas física e financeira. Desta forma, foi assegurada a existência de condições para o suporte no processo de prestação de contas a partir do MPO com a extração da matriz de Balanço do Plano e Económico e Social e Orçamento do Estado (BdPESOE);
- Deu-se continuidade ao desenvolvimento e operacionalização do **Módulo de Gestão do Património do Estado (MPE)**, tendo sido desenvolvidas as funcionalidades de Abate e Incorporação Extraorçamental, no âmbito da Gestão Patrimonial, e as funcionalidades de Contractos Plurianuais e Concursos por Lotes, no âmbito de Contratação Pública e de Gestão de Procedimentos de Contratação. Estas funcionalidades permitem, por um lado, melhorar a gestão patrimonial, alinhando a informação da situação real do bem físico ao sistema e por outro, melhorar a planificação dos sectores, pois o MPE passará a registar a informação dos anos de vigência de determinado contrato, garantindo assim a sua previsão e priorização no momento de elaboração do orçamento. A operacionalização destas funcionalidades está prevista para o primeiro trimestre de 2023;
- Efectuadas **melhorias na gestão da tesouraria e programação financeira**, tendo em vista reforçar a previsibilidade da receita e despesa, bem como a efectiva alocação de

recursos financeiros às diversas instituições do Estado face as despesas planificadas. Para o efeito, foram efectuadas melhorias no e-SISTAFE e introduzido o orçamento e plano de tesouraria mensal e anual, bem como elaborada a circular contendo os novos procedimentos e prazos a observar, a partir do exercício económico de 2023, na Programação Financeira;

- Operacionalizado o **Módulo de Gestão de Folhas de Pagamentos (MFP)**, que apoia na elaboração da folha de salários dos Funcionários e Agentes do Estado (FAE), contribuindo na execução do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE). Com este módulo, assegura-se a uniformização do modelo de gestão de folha de pagamento de salários em todos os níveis de governação do Estado (Central e Órgãos de Governação Descentralizada);
- Procedeu-se ao desenvolvimento de funcionalidades do **Sistema de Pagamentos ao Estado (SISPE)**, cuja operacionalização está prevista para o ano de 2023, com vista a facilitar o cidadão no acesso aos serviços do Estado e o correspondente pagamento através do uso de canais digitais interoperáveis com as plataformas electrónicas em uso pelo sistema financeiro;
- Desenvolvidas as três funcionalidades previstas para o ano de 2022 do **Módulo de Recolha de Receitas (MRR)** para as autarquias, nomeadamente o Imposto Pessoal Autárquico (IPA), Imposto Autárquico sobre Veículos (IAV) e Imposto de Taxa sobre Transportes e Transportadores. Refira-se que o desenvolvimento do MRR para as autarquias visa melhorar o sistema de arrecadação e gestão das receitas resultantes de impostos e taxas do sistema autárquico e de taxas cobradas por outros órgãos e instituições da administração pública, a todos níveis de governação (Central, Provincial e Distrital), estando a operacionalização prevista para 2023;
- Integradas mais 13 autarquias locais no **Módulo de Elaboração Orçamental Autárquico (MEO-A)** totalizando 53 autarquias locais que elaboram o seu orçamento com recurso ao MEO-A. Ainda em 2022 foram integradas 24 novas autarquias locais no Módulo de Execução Orçamental Autárquico (MEX-A), totalizando 40 autarquias locais, das 53 existentes, o que representa um nível de cobertura de 75% de autarquias que executam o seu orçamento por via do e-SISTAFE Autárquico, desde que o processo iniciou em 2020;
- Operacionalizada a **descentralização das Contas Únicas do Tesouro (CUT) físicas** para os órgãos de Gestão Descentralizada Provincial, permitindo maior controlo da

tesouraria por parte da província, assegurando que a disponibilização de recursos seja descentralizada e sem dependência do Governo Central;

- Deu-se continuidade ao **desenvolvimento das funcionalidades do Módulo de Administração das Auditorias Internas (MAI)** do Subsistema de Auditoria Interna (SAI), com o objectivo de apoiar na programação e execução da auditoria interna e emitir recomendações com propostas de melhorias na gestão financeira e patrimonial;
- Concluído o desenvolvimento e feita a expansão da plataforma eletrónica de suporte ao **Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (e-SNGRHE)** para a totalidade das 2.303 instituições com tabela orçamental, o que permitiu o rápido enquadramento dos Funcionários e Agentes do Estado (FAE) no âmbito da implementação da Tabela Salarial Única (TSU). Destacar que foram migrados para o e-SNGRHE 364.417¹ FAE, tendo em vista o seu enquadramento salarial de acordo com os critérios estabelecidos pela TSU, bem como a gestão efectiva dos recursos humanos da administração pública;
- Desenvolvidas e disponibilizadas as funcionalidades do **Módulo de Declaração Eletrónica de Bens (e-DB)** para que todos os FAE elegíveis, à luz da Lei da Probidade Pública, possam prestar a sua declaração de bens de forma electrónica, melhorando dessa forma o registo, gestão e monitoria das declarações de bens dos servidores públicos que exercem cargos de função ou de chefia dos órgãos, instituições do Estado, empresas públicas e participadas pelo Estado;
- **Reforçadas as competências técnicas dos actores que executam os processos no e-SISTAFE**, com a capacitação e reciclagem de 17.612 Utilizadores; bem como foi **providenciado o serviço de assistência ao utilizador do e-SISTAFE**, tendo sido registadas 3.735 solicitações, das quais 3.155, correspondentes a 84% foram solucionadas em tempo útil, estando as demais em tratamento;
- Garantida a **disponibilidade da plataforma informática de suporte ao Sistema de Administração Financeira do Estado (o e-SISTAFE)** o que permitiu que fossem processadas 9.461.640 Ordens de Pagamento (OPs), nos 2.346 Órgãos e instituições do Estado (UGB) dos 4.544 existentes.

¹ O que significa que a migração foi de 100%

Ainda no ano de 2022 foi **consolidada a operacionalização da estrutura orgânica do CEDSIF, IP**, tendo sido nomeados e conferidos posse 58 funcionários para exercerem cargos de direcção, chefia e confiança, sendo 6 Directores de Serviço, 2 Chefes de Gabinete, 3 Assesores, 13 Chefes de Departamento Central, 7 Gestores de Projecto, 9 Delegados das Representações Provinciais do CEDSIF, IP e 18 Chefes de Repartição; bem como foi **atribuído ao CEDSIF, IP o Selo de Qualidade ISO 9001:2015 pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER)** no escopo “Prestação de serviços de modernização de processos, implementação de soluções tecnológicas e desenvolvimento de competências organizacionais no âmbito da gestão de Finanças Públicas e áreas complementares” e **renovada a certificação do CEDSIF, IP na Norma ISO 9001:2015 pelo Instituto Nacional de Normalização de Qualidade (INNOQ)**, no escopo de “Prestação de serviços de apoio e atendimento ao utilizador do e-SISTAFE”.

Em termos de avaliação de desempenho, destacar que o PAO 2022 do CEDSIF, IP integra um total de 44 actividades. Para a materialização destas actividades foram definidos 58 indicadores dos quais, 41 equivalentes à 71%, tiveram suas metas integralmente alcançadas, representando um desempenho positivo.

Para concretização das actividades previstas e alcance dos progressos registados no ano de 2022, o CEDSIF, IP contou com 291 colaboradores e executou despesas no montante de **1.032.960.845,46 MT**, dos quais **233.892,40 MT** foram executados pela Via Indirecta e **1.032.726.953,06 MT** foram executados por Via Directa e Adiantamento de Fundos e que totalizam o correspondente à **68,90%** da dotação actualizada de **1.498.781.251,89 MT**. Este nível de execução orçamental foi influenciado pelos seguintes factores:

- Cancelamento de concursos devido ao valor estimado estar abaixo da oferta dos fornecedores;
- Alteração do valor contratualizado por parte do contratado;
- Ordens de pagamento (OP) estornadas no e-SISTAFE, no final do exercício do exercício económico de 2022; e
- Trabalhos contratados e não terminados no tempo previsto. A maioria destes concernente a componente externa.

1. INTRODUÇÃO

O Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças, IP (CEDSIF, IP), criado pelo Decreto n.º 34/2010, de 30 de Agosto, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, definido como Instituto Público, pelo Decreto n.º 67/2019, de 5 de Agosto, no âmbito da revisão das suas normas de organização e funcionamento, bem como das suas competências e mecanismos de gestão. O CEDSIF, IP tem por objecto prover serviços de modernização dos processos de negócio e dos sistemas de informação de Gestão de Finanças Públicas a todos os Órgãos e Instituições do Estado, incluindo as autarquias locais.

Para o cumprimento do seu objecto, o CEDSIF, IP, no quadro das suas competências e atribuições, elaborou o Plano de Actividades e Orçamento de 2022 (PAO 2022), o qual serve de instrumento orientador do processo de execução das actividades neste período, tendo em vista a materialização dos seguintes objectivos estratégicos²: (i) Assegurar uma resposta mais eficaz à estratégia das Finanças Públicas e à demanda de serviços complementares à Gestão de Finanças Públicas; (ii) Assegurar a satisfação dos clientes e outras partes interessadas; (iii) Assegurar a autossuficiência operacional do CEDSIF, IP; (iv) Contribuir para realização socioprofissional dos colaboradores; e (v) Melhorar o reconhecimento do CEDSIF, IP. Ao nível da estrutura programática do Governo, estes objectivos enquadram-se no Programa *Política Macroeconómica* e Subprograma *Gestão de Finanças Públicas e Apoio Institucional*.

Para a execução do PAO 2022, o CEDSIF, IP contou com uma dotação orçamental actualizada no valor de **1.498.381.251,89 MT**, derivada de fontes de recursos internas e externas (resultante da programação orçamental para o ano de 2022, inscrição de saldos transitados de 2021 e transferência de dotação orçamental para operação e manutenção do e-SISTAFE). Volvidos 1 ano de execução do PAO 2022, apresentam-se no presente relatório os progressos registados, conforme a seguinte estrutura:

- Introdução;
- Balanço das realizações em 2022;
- Serviços de suporte institucional;
- Balanço de execução orçamental;
- Avaliação de desempenho organizacional; e
- Anexos.

²Aquando da aprovação do PAO do CEDSIF, IP 2022 foram definidos 5 objectivos estratégicos que sofreram uma revisão para 3 aquando da actualização do PE 2021-2024, em Setembro do ano de 2022.

2. BALANÇO DAS REALIZAÇÕES DO ANO DE 2022

No ano de 2022, no âmbito da execução do seu Plano de Actividades e Orçamento de 2022, o CEDSIF, IP implementou actividades que contribuem para o alcance dos objectivos plasmados no seu Plano Estratégico (PE) para o período 2021-2024 e o presente balanço retrata essas realizações e os resultados esperados por objectivo estratégico.

Destacar que a nível do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) 2022, as Acções Estratégicas do CEDSIF, IP correspondem aos seus Objectivos Estratégicos, pelo que ao se apresentar o presente balanço por objectivo estratégico procede-se, simultaneamente, ao balanço por acção estratégica constante no PESOE, possibilitando a monitoria da execução do PE e do PESOE.

2.1. Objectivo Estratégico A: Assegurar uma Resposta mais Eficaz à Estratégia das Finanças Públicas e Demanda de Serviços Complementares à Gestão das Finanças Públicas

Com este objectivo pretende-se criar condições para que o CEDSIF, IP esteja melhor organizado e preparado para responder às directrizes de Gestão das Finanças Públicas e às demandas de clientes dos serviços complementares, de forma eficiente e eficaz, dispondo, à medida, produtos e serviços inovadores. Este objectivo está desdobrado em 3 resultados, nomeadamente: (i) Criada a capacidade organizacional do CEDSIF, IP para responder a demanda dos clientes de Gestão das Finanças Públicas e serviços complementares; (ii) Assegurada a entrega das respostas às demandas de Gestão das Finanças Públicas; e (iii) Assegurada a entrega das respostas às demandas de clientes dos serviços complementares.

2.1.1. **Resultado 1: Criada a capacidade organizacional do CEDSIF, IP para responder a demanda dos clientes de Gestão das Finanças Públicas e serviços complementares**

Para contribuir na obtenção do **Resultado 1**, destacam-se como actividades previstas para o ano de 2022 as seguintes: (i) *Consolidar a implementação e operacionalização da estrutura orgânica do CEDSIF, IP e seus instrumentos de gestão;* (ii) *Proceder a renovação da*

infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação dos Centros de Dados e equipamentos informáticos para o funcionamento do CEDSIF, IP; e (iii) Realizar auditorias internas baseadas no risco e monitorar o cumprimento das recomendações das auditorias.

No âmbito da **consolidação da implementação e operacionalização da estrutura orgânica do CEDSIF, IP e seus instrumentos de gestão**, foram nomeados 58 funcionários para exercerem cargos de Direcção, chefia e confiança e lhes conferida a respectiva posse, sendo 06 Directores de Serviço, 2 Chefes de Gabinete, 3 Assessores, 13 Chefes de Departamento Central, 7 Gestores de Projecto, 9 Delegados das Representações do CEDSIF, IP e 18 Chefes de Repartição.

Ainda nesse âmbito, pelo Diploma Ministerial n.º 82/2022, de 21 de Julho, foi aprovado, e está operacional, o Quadro de Pessoal do CEDSIF, IP, e pelo Diploma Ministerial n.º 48/2022, de 3 de Maio, foram criadas as Representações Provinciais do CEDSIF, IP. A aprovação destes instrumentos fundamentais para o funcionamento institucional, permitiu o cumprimento em 100% da meta estabelecida para o ano.

No que toca à **renovação da infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação dos Centros de Dados e equipamentos informáticos** para o funcionamento do CEDSIF, IP, esta actividade foi realizada a 100%. Com esta actividade concluída, a instituição passa a dispor de uma infraestrutura capaz de dar continuidade do negócio e os compromissos institucionais alinhados com as finanças públicas, com capacidade de armazenamento e processamento que responda as demandas actuais e futuras, bem como a redução dos custos de manutenção e suporte e o aumento da capacidade técnica dos serviços. Está também implementado e operacional o plano de renovação do equipamento informático para o funcionamento do CEDSIF, IP.

No domínio **das auditorias internas baseadas no risco e monitoria do cumprimento das recomendações das auditorias anteriores** que visam assegurar o cumprimento das normas e procedimentos instituídos nos diferentes processos, foram auditadas as folhas de pagamento de salário do CEDSIF, IP referentes ao quarto trimestre de 2021 e verificada a Conta de Gerência do CEDSIF, IP tendo sido submetida ao Tribunal Administrativo com o respectivo parecer a 31 de Março, conforme previsto na Lei. Foram ainda realizadas as auditorias (i) ao Sistema de

Gestão Documental (SGD), (ii) ao Ciclo de Desenvolvimento de Sistemas e, (iii) a Infraestrutura Tecnológica.

Relativamente a monitoria para o cumprimento das recomendações das auditorias foram efectuadas as seguintes acções: (i) monitoria das recomendações deixadas pela equipa de gestão da crise, que é a equipa responsável por assegurar que as acções de seguimento identificadas em resultado da intermitência do e-Tributação e do e-SISTAFE sejam classificadas, priorizadas e implementadas, e (ii) monitoria do cumprimento das recomendações das auditorias ao Sistema de Gestão de Sistemas de Informação (SGSI) realizada no ano 2021 no Serviço de Operações de Infra-estruturas de Tecnologias de Informação e Comunicações (SOITIC) e aos extratos da Conta Única do Tesouro (CUT). Foi igualmente fiscalizada a operacionalização de Balanceadores de Carga e *Firewall*.

As auditorias internas e a fiscalização realizadas, contribuem para melhoria da eficácia dos processos de risco e controlo interno e, visam auxiliar aos gestores no processo de tomada de decisão e no alcance dos objectivos da instituição.

2.1.2. Resultado 2: Assegurada a entrega das demandas de Gestão das Finanças Públicas

Para contribuir na obtenção do **Resultado 2**, destacam-se como actividades previstas para o ano de 2022 as seguintes: (i) *Implementar melhorias correctivas no e-Tributação*; (ii) *Operacionalizar o Módulo de Gestão de Folhas de Pagamentos (MGF)*; (iii) *Operacionalizar o Sistema de Pagamento ao Estado (SISPE)*; (iv) *Dar continuidade ao desenvolvimento do Módulo de Gestão do Património do Estado (MPE)*; (v) *Efectuar melhorias evolutivas ao Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO)*; (vi) *Expandir a implantação do e-SISTAFE nas autarquias locais, na componente do Módulo de Execução Orçamental - Autárquica (MEX-A)*; (vii) *Desenvolver funcionalidade de impostos no Módulo de Recolha de Receitas (MRR) para as autarquias*; (viii) *Prestar assistência técnica ao MEF na reforma da Gestão das Finanças Públicas*; (ix) *Adequar a Contabilidade Pública às Normas Internacionais de Contabilidade para o Sector Público (NICSP/IPSAS)*; (x) *Introduzir melhorias na Programação Financeira* e (xi) *Conceber e operacionalizar o Subsistema de Auditoria Interna (SAI)*.

No que diz respeito à implementação de **melhorias correctivas no e-Tributação**, estão em curso acções de manutenção correctiva e evolutiva das funcionalidades de apoio a gestão dos contribuintes, nomeadamente: gestão de perfil de risco do contribuinte; gestão de juízo de execuções fiscais; gestão de casos de falência; gestão de processo de transgressão e contencioso; gestão de pagamentos em prestações; gestão de reclamações e recursos e auditoria e fiscalização; e integração do e-Tributação à Janela Única Electronica (JUE). A conclusão deste compromisso, permitirá aos gestores da Autoridade Tributária (AT) ter um melhor acompanhamento da situação fiscal dos contribuintes, e também significará a conclusão dos módulos previstos no modelo conceptual do sistema e-Tributação designadamente: Módulo de Registo de NUIT; Módulo de Receita do Estado; Módulo de Rede de Cobrança e o Módulo de Apoio a Gestão.

Quanto à operacionalização do **Módulo de Gestão de Folhas de Pagamentos (MGF)**, foi concretizada a operacionalização para mais de 70 instituições, para o cálculo de folhas de pagamento no Sistema Nacional de Vencimentos (SNV), e um pouco mais de 6.000 orgânicos do e-Folha. O MGF aprimorou o processo de cálculo de salários, tornando-o parametrizável e flexível para integração de novas regras de cálculo de abonos, descontos e suplementos. O MGF permitiu ainda integrar sectores que outrora efectuavam o cálculo das folhas através de sistemas paralelos, permitindo ainda que o cálculo de folhas de salário seja efectuado em menos de 1 (um) dia, contra os 3 (três) dias outrora necessários.

Relativamente ao **Sistema de Pagamento ao Estado (SISPE)**, foram concluídas as funcionalidades de pagamento via Mpesa e Conta Móvel (rede SIMO). Foi igualmente concluída a implementação de pagamento usando os canais de BIM (POS/ ATM/IZI/ *e-banking*) e cartão de débito/crédito visa ou MasterCard, estando no momento a decorrer a harmonização dos requisitos de negócio para a implementação das funcionalidades tendentes a reconciliação bancária. O SISPE visa facilitar o cidadão no acesso aos serviços do Estado e o correspondente pagamento através do uso de canais digitais interoperáveis com as plataformas electrónicas em uso no sistema financeiro.

Relativamente a **continuidade ao desenvolvimento do Módulo de Gestão do Património do Estado (MPE)**, foram desenvolvidas as funcionalidades de Abate e incorporação extraorçamental, no âmbito da Gestão Patrimonial, e as funcionalidades de Contractos

Plurianuais e Concursos por Lotes, no âmbito de Contratação Pública e de Gestão de Procedimentos de Contratação, o que representa 100% da meta prevista.

As funcionalidades desenvolvidas permitem, por um lado, melhorar a gestão patrimonial, alinhando a informação da situação real do bem físico ao sistema e por outro, melhorar a planificação dos sectores pois o MPE passará a registar a informação dos anos de vigência de determinado contrato, garantindo assim a sua previsão e priorização no momento de elaboração do orçamento. A operacionalização destas funcionalidades está prevista para o primeiro trimestre do ano 2023.

No concernente às **melhorias evolutivas ao Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO)** concluiu-se o desenvolvimento das funcionalidades de Monitoria e Avaliação do PESOE, com mecanismos para a captação do nível de execução das metas física e financeira. Desta forma, está assegurada a existência de condições para o suporte no processo de prestação de contas a partir do MPO com a extração da matriz de Balanço do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (BdPESOE), o que representa uma realização de 100% da meta prevista.

Procedeu-se a integração do MPO na Base de Dados da Ajuda Externa (ODAMoz) e a Plataforma de Cadastro e Avaliação de Projectos de Investimentos Público (e-CNIP). Com esta integração, espera-se que as informações sobre financiamento externo aos projectos estejam disponíveis para uso durante o processo de planificação nacional bem como para consulta.

Na vertente da **expansão do e-SISTAFE Autárquico**, há a destacar que no período em alusão 24 (Vinte e Quatro) novas Autarquias locais passaram a operar o **Módulo de Execução Orçamental Autárquica (MEX-A)**, nomeadamente, Manhiça, Namaacha, Macia, Praia do Bilene, Chokwe, Massinga, Vilankulos, Quissico, Marromeu, Gorongosa, Beira, Quelimane, Maganja, Alto Molocué, Milange, Manica, Sussundenga, Tete, Moatize, Ulongue, Nhamayabue, Cuamba, Metangula e Marrupa. Com esta integração existe um total de **40** autarquias que operam MEX-A, desde que o processo iniciou em 2020, de um total de **53** Autarquias locais existentes.

Ainda na vertente da expansão do e-SISTAFE Autárquico, **na componente do Módulo de Elaboração Orçamental Autárquica (MEO-A)**, todas as 53 autarquias já elaboram o seu

orçamento no MEO-A contribuindo dessa forma para o reforço do rigor na gestão dos recursos públicos neste nível de governação, em cumprimento da Lei do SISTAFE.

No período em análise, estava igualmente prevista a actividade **desenvolver e disponibilizar funcionalidades de impostos no Módulo de Recolha de Receitas (MRR) para as Autarquias**, tendo sido estabelecida como meta o desenvolvimento de três funcionalidades, referentes a gestão do Imposto Pessoal Autárquico (IPA), Imposto Autárquico sobre Veículos (IAV) e Imposto de Taxa sobre Transportes e Transportadores, meta que foi alcançada a 100%. De salientar que o desenvolvimento dessas funcionalidades tem por objectivo a criação de condições para que as autarquias passem a dispor de ferramentas que lhes permitam: (i) cobrar, recolher, classificar e disponibilizar de forma eficaz e eficiente a receita proveniente destes impostos; e (ii) simplificar os processos de disponibilização de serviços ao cidadão, uma vez que os mesmos passarão a estar disponíveis e acessíveis de forma *online* e em tempo real. A operacionalização das funcionalidades está prevista para ano 2023.

Ainda no âmbito desta actividade, foi concluída e testada com sucesso a integração do MRR para interoperar com outros sistemas de prestação de serviços ao cidadão, nomeadamente o Módulo Informático de Repositório Único de Entidades (MRUE)³, Módulo de Execução Orçamental Autárquico (MEX-A), Módulo de Execução do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (MEX) e o Sistema de Pagamentos ao Estado (SISPE). Com esta integração, espera-se melhoria no processo previsão, arrecadação da receita e respectiva realização da despesa. De salientar que a operacionalização dos sistemas relacionados a estas integrações está prevista para o ano 2023.

No que toca a **assistência técnica ao MEF na reforma da Gestão das Finanças Públicas**, no âmbito da elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE 2022-2042), foram reestruturados os Programas da ENDE, que resultaram na definição e harmonização dos programas, seus objectivos, resultados e indicadores, que vão servir de *inputs* para a conclusão do documento, assim como foi actualizado o cronograma de actividades para a inclusão de

³ O MRUE é responsável pelo cadastro das entidades, seus papéis e suas responsabilidades enquanto que o MRR, é responsável pela recolha de receita.

acções de socialização e harmonização da ENDE á todas camadas da sociedade, antes da sua submissão à Assembleia da República.

Quanto a assistência técnica no âmbito da reforma da Programação Financeira e Gestão da Tesouraria foi produzida e harmonizada a proposta da Circular que estabelece novos procedimentos e prazos a observar, a partir do exercício económico de 2023, na Programação Financeira.

As realizações que visaram dar assistência técnica ao MEF na reforma da Gestão das Finanças Públicas representam um nível de realização de 100% da meta estabelecida para o período reportado.

Relativamente a *Adequação da Contabilidade Pública às Normas Internacionais de Contabilidade para o Sector Público (NICSP/IPSAS)*, esperava-se que no ano de 2022 tivesse ocorrido o diagnóstico da situação actual da Contabilidade Pública de Moçambique e aprovação do Plano de Acção para o seu alinhamento aos padrões internacionais e do Normativo Contabilístico para o sector público (incluindo todos os modelos de demonstrativos contabilísticos), na sequência do referido diagnóstico. Entretanto, a actividade não foi realizada, tendo sido passada para o ano de 2023, em virtude de aspectos administrativos que retardaram o seu início.

No âmbito da *introdução de melhorias na Programação Financeira*, com excepção do Registo de Necessidades de Recursos Financeiros, foram entregues 24 funcionalidades⁴ referentes à administração do orçamento do Estado, para permitir efectuar actualização dos limites do orçamento de tesouraria com vista a possibilitar uma melhor gestão de tesouraria com base nas projecções mensais. As funcionalidades já se encontram no ambiente de produção e neste

⁴ 1. Elaborar Orçamento de Tesouraria; 2. Atualização do Orçamento de Tesouraria (decorrente detalhamento dos planos de compras Ordenados pela UGB); 3. Manutenção do Plano de contratação; 4. Aprovar Ajustes do Orçamento de Tesouraria (decorrente detalhamento dos planos de compras Ordenados pela UGB); 5. Gerar Relatório de Orçamento de Tesouraria (por UGB); 6. Gerar Relatório de Orçamento de Tesouraria Global; 7. Registo de Necessidades de Recursos Financeiros (RNRF); 8. Actualização da revisão da receita; 9. Elaborar Orçamento de Tesouraria; 10. Actualização do Orçamento de Tesouraria (decorrente detalhamento dos planos de compras Ordenados pela UGB); 11. Anulação Dotação; 12. Anulação Dotação Assembleia Republica *Batch*; 13. Solicitação Alteração Conversão Orçamental Moeda Pela UGE; 14. Reforço Dotação; 15. Reforço Dotação Assembleia Republica *Batch*; 16. Aprovação Reprovação Conversão Orçamental Moedas Pela UGE; 17. Detalhar Ou Alterar FR na COD; 18. Detalhar Ou Alterar UGB na COD; 19. Detalhar CED na COD; 20. Redistribuição Dotação; 21. Redistribuição Dotação Alteração Detalhe CODBatch; 22. Manutenção do Plano de contratação; 23. Aprovar Ajustes do Orçamento de Tesouraria (decorrente detalhamento dos planos de compras Ordenados pela UGB); 24. Gerar Relatório de Orçamento de Tesouraria (por UGB);

momento decorre a preparação das acções de formação para as equipas técnicas da Autoridade Tributária de Moçambique (AT), Direcção Nacional do Tesouro, Cooperação Económica e Financeira (DNTCEF), Direcção Nacional de Gestão da Dívida Pública (DNGDP) e Direcção Nacional de Contabilidade Pública (DNCP), de modo que os utilizadores destas direcções passem a usar as ferramentas. Estas realizações representam um nível de cumprimento de 100% da meta estabelecida para o período reportado.

Relativamente a **concepção e operacionalização do Subsistema de Auditoria Interna (SAI)**, estão em curso actividades com vista a garantir a validação das funcionalidades da etapa 2 do projecto, nomeadamente: testes da aplicação e correcção de inconsistências.

2.1.3. Resultado 3: Assegurada a entrega de demandas de clientes dos serviços complementares

No contexto do **Resultado 3**, estavam previstas para o ano de 2022 as seguintes actividades: (i) *Concluir e operacionalizar o e-SNGRHE*; ii) *Desenvolver e disponibilizar funcionalidades do Módulo Integrador de Dados (MID) para o apoio a tomada de decisão pelo Ministério Público e demais entidades do Sistema Judiciário*; iii) *Desenvolver e disponibilizar funcionalidades de Declaração Electrónica de Bens (eDB), para o registo, gestão e a monitoria das declarações de Bens dos Servidores Públicos, que exercem cargos de função ou de chefia dos Órgãos, Instituições do Estado, Empresas Públicas e Participadas pelo Estado e*; (iv) *Concluir o desenvolvimento do Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construção e Orçamentação (SINAGEC)*.

No âmbito do **Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado** e conforme o planificado, foi operacionalizada a integração entre o e-SNGRHE e o Módulo da Folha de Pagamento (MFP) bem como com o Sistema de Gestão de Vistos do TA (SIGV). As integrações ora referidas permitiram, primeiro, que o processamento das folhas de salário dos FAE já integrados no e-SNGRHE seja efectuado a partir do MFP, na medida em que este vem sendo preparado para que num futuro breve substitua o e-FOLHA. Nesta fase, são processadas as folhas provenientes do Sistema Nacional de Vencimentos (SNV), em descontinuidade, bem como, das folhas do e-FOLHA. Segundo, a criação de condições tecnológicas e processuais para a operacionalização do piloto (previsto para primeiro trimestre de 2023) para validação da

interoperabilidade entre o e-SNGRHE e o SIGV, flexibilizando-se a atribuição de vistos nos dois sistemas.

Adicionalmente, expandiu-se o e-SNGRHE para a totalidade das 2.303 instituições com tabela orçamental, o que permitiu o rápido enquadramento dos Funcionários e Agentes do Estado (FAE) no âmbito da implementação da Tabela Salarial Única (TSU). Destacar que foram migrados para o e-SNGRHE 364.4175 FAE, tendo em vista o seu enquadramento salarial de acordo com os critérios estabelecidos pela TSU, bem como a gestão efectiva dos recursos humanos da administração pública;

No que toca ao **desenvolvimento e disponibilização de funcionalidades do Módulo Integrador de Dados (MID) para o apoio na tomada de decisão pelo Ministério Público e demais entidades do sistema judiciário**, foram desenvolvidas as funcionalidades do MID referentes à entrega I⁶ e as quatro (4) funcionalidades⁷ referentes a entrega II. Neste momento decorre o processo da interoperabilidade para a consulta de dados. Com a operacionalização destas funcionalidades, está garantida maior facilidade na consulta de informação para tomada de decisão na área criminal e controle da legalidade.

Quanto ao *desenvolvimento e disponibilização da funcionalidade de Declaração Electrónica de Bens (eDB), para o registo, gestão e a monitoria das declarações de Bens dos Servidores Públicos que exercem cargos de função ou de chefia dos Órgãos, Instituições do Estado, Empresas Públicas e Participadas pelo Estado*, foi disponibilizada ao cliente (PGR) a funcionalidade que permite a submissão da Declaração Electrónica de Bens pelos Servidores Públicos, o que vai permitir aos agentes da Comissão de Recepção e Verificação de Bens fazerem a melhor gestão (recepção, registo e controle) dos Bens declarados. Para sua operacionalização foram capacitados e formados gestores de recursos humanos e declarantes.

⁵ O que significa que a migração foi de 100%

⁶ Funcionalidades que permitam a gestão de perfis de usuários, de pesquisas e de informação e visualização de histórico de consultas, de pesquisas e de detalhamento de informação em página web, de gráficos, de tabelas, de ficheiros Excel e PDF e a exportação de dados, bem como o cruzamento de informação de análise sobre transacções e interoperabilidade.

⁷ 1. Funcionalidade para integração no MID a análise de informação relativa aos seguintes sistemas MEX, e-Tributação, MPE, SNGRHE e da Repartição do Registo Criminal; 2. Funcionalidades de gestão de trilhas de análises que permitam pesquisas em lote, rede de relacionamentos; 3. Funcionalidade que permita a adição de informação complementar, sem a necessidade de desenvolvimento de código, configuração e parametrização para a captação da informação, visualização; 4. funcionalidade que permitem gerar alertas de eventos no sistema.

No que toca a *conclusão do desenvolvimento do Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construção e Orçamentação (SINAGEC)*, projecto desenvolvido em parceria com o Ministério das Obras Públicas, Recursos Hídricos e Habitação (MOPRH), foi concluída a implementação e disponibilizada para utilização a última componente que estava em falta, designada Registo de Projecto, que tem por objectivo efectuar o registo para efeitos de orçamentação de projectos de empreitadas de obras públicas com materiais e serviços custeados no sistema de Preço de Referência de Mercados (PRF).

2.2. Objectivo Estratégico B - Assegurar a Satisfação dos Clientes e Outras partes Interessadas.

Com este objectivo, pretende-se que clientes, fornecedores, parceiros comerciais, financiadores, formandos, utilizadores e outros intervenientes tenham percepção do valor dos produtos e serviços disponibilizados e da relação com o CEDSIF, IP. Este objectivo está desdobrado em 1 resultado, nomeadamente: Assegurada a satisfação do cliente e outras partes interessadas.

2.2.1. Resultado 1: Assegurada a satisfação do cliente e outras partes interessadas.

Para contribuir na obtenção do **Resultado 1**, destacam-se as seguintes actividades: (i) *Realizar avaliação da satisfação dos stakeholders*; (ii) *Acções de formação*; e (iii) *Serviço de assistência ao utilizador do e-SISTAFE*.

No que diz respeito a actividade *avaliação da satisfação dos stakeholders*, a mesma não foi concluída, tendo sido elaborada a estratégia e o plano de operacionalização, incluindo a identificação dos produtos e serviços a serem avaliados e os respectivos *stakeholders*. Foram igualmente elaborados inquéritos e disponibilizados em formato físico e no e-SISTAFE, aguardando-se pela recepção dos mesmos devidamente preenchidos, para análise e conclusão do relatório da avaliação de satisfação.

No que tange às *acções de formação* nos diferentes Módulos do SISTAFE e sistemas complementares, foram **reforçadas as competências técnicas dos actores que executam os**

processos do e-SISTAFE e complementares, tendo sido abrangidos **17.612 utilizadores**, conforme a tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Formação de utilizadores por aplicação

APLICAÇÃO	FORMANDOS
MEX	345
MEX_A	235
MPE_MEX (Via Directa)	3.042
MPE_MEX (Concurso por Lances)	1.747
CAF	33
e_Folha	89
SGA	20
MEO_A	39
AS	108
SNGRHE	8.749
MPO	2.530
MGI_A	13
MGI	47
MRF	103
MFP	55
e_DB	422
MPA	35
TOTAL	17.612

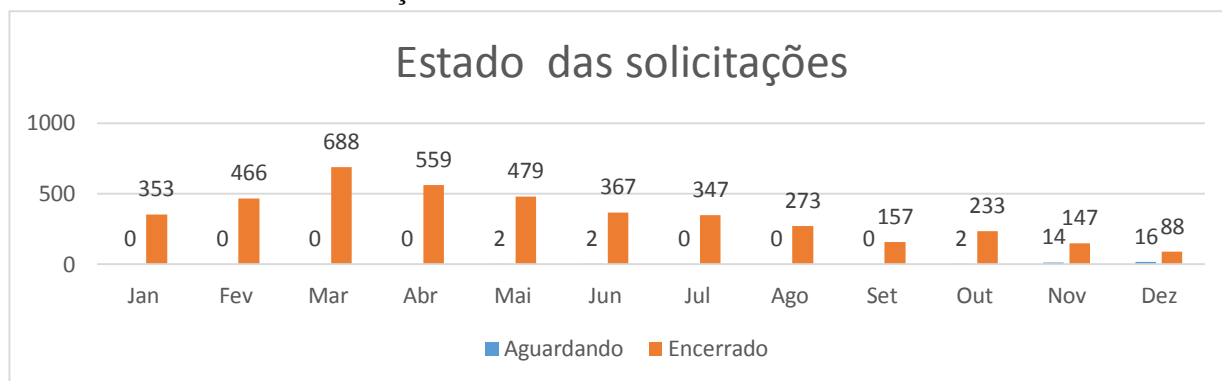
Este número representa uma realização de 146, 77% em relação a meta estabelecida para o ano de 2022, que era de 12.000 utilizadores capacitados.

Providenciado o *serviço de assistência ao utilizador do e-SISTAFE*, tendo sido registadas 4.193 solicitações, de entre as quais 4.157, correspondentes a 99,14%, foram solucionadas, enquanto 36 solicitações remanescentes, equivalentes a 0,86%, transitaram para 2023, conforme ilustrado na tabela 2 e gráfico 1, que se seguem.

Tabela 2: Utilizadores do e-SISTAFE assistidos no ano de 2022

ÂMBITO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Geral
Central	281	379	597	456	363	275	226	201	129	0	0	0	3275
Niassa	0	3	9	4	6	11	6	14	0	11	25	28	61
C.Delgado	6	3	8	15	16	5	15	9	8	29	42	14	112
Nampula	6	9	6	9	14	13	20	4	3	8	13	4	115
Zambezia	6	8	2	15	6	11	11	17	9	39	44	13	115
Tete	4	10	7	3	6	11	12	5	2	36	49	26	65
Manica	2	4	5	2	4	0	10	11	3	0	12	9	48
Sofala	14	1	13	19	21	14	16	13	1	2	0	0	128
Inhambane	9	2	4	7	3	2	8	6	3	31	0	0	51
Gaza	5	16	9	12	16	17	3	0	2	0	13	7	89
Maputo P.	8	19	14	10	8	4	7	10	3	90	5	3	81
Maputo C.	12	12	11	7	18	6	13	10	9	1	0	0	107
Total	353	466	688	559	481	369	347	300	172	247	203	104	4251

Gráfico 1: Estado das solicitações no ano de 2022



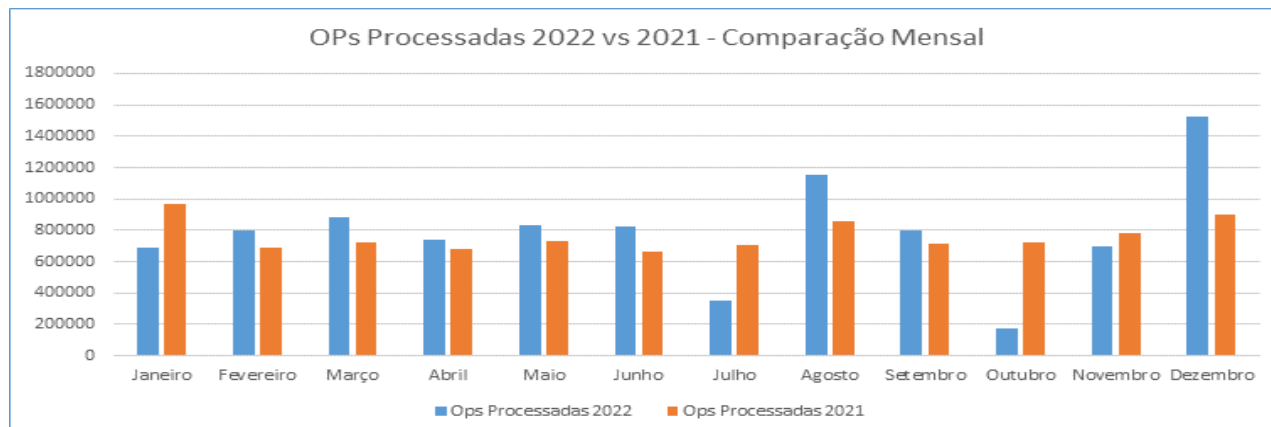
Garantida a disponibilidade do e-SISTAFE à 2.117 UGB correspondente a 1.234 pontos de acesso ao e-SISTAFE (locais), sendo que em média, durante o ano de 2022, dos 1.234 locais existentes 1.148 locais estiveram disponíveis, o que corresponde a 96%. Estiveram inoperacionais em média 48 locais, o correspondente a 4% do universo, 32 devido a avarias relacionadas com os provedores de comunicações (TMCEL e MOVITEL), 10 devido a avaria do equipamento local e 6 por problemas elétricos e/ou desligados por se encontrarem em processo de transferência. A tabela 3 seguinte ilustra a dinâmica de disponibilidade de pontos de acesso ao e-SISTAFE no ano de 2022.

Tabela 3: Disponibilidade dos pontos de acesso no ano de 2022

		OCORRÊNCIA/MÊS												TOTAL
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Número de Sites do e-SISTAFE	Total	1120	1132	1140	1174	1200	1207	1224	1224	1231	1233	1233	1234	1196
	Disponíveis	1095	1082	1085	1120	1142	1158	1179	1182	1188	1178	1187	1183	1148
	%	98%	96%	95%	95%	95%	96%	96%	97%	97%	96%	96%	96%	96%
	Indisponíveis	25	50	55	54	58	49	45	42	43	55	46	51	48
	%	2,23%	4,42%	4,82%	4,60%	4,83%	4,06%	3,68%	3,43%	3,49%	4,46%	3,73%	4,13%	3,99%

Decorrente desta **disponibilidade do e-SISTAFE**, durante o ano de **2022**, foram processados com sucesso **9.461.640** Ordens de Pagamento (OP).

Gráfico 2: Comparação de OP processadas nos anos de 2021 e 2022



2.3. Objectivo Estratégico C - Assegurar a Auto-suficiência Operacional do CEDSIF, IP

Com este objectivo, pretende-se assegurar a eficiência operacional e autonomia financeira do CEDSIF, IP, contribuindo para a estabilidade do funcionamento da máquina administrativa e operativa. Este objectivo está desdobrado em 2 resultados, nomeadamente: (i) *Garantida a implantação do sistema de Gestão de custos operacionais do CEDSIF, IP,* e (ii) *Garantida a sustentabilidade operacional do CEDSIF, IP.*

2.3.1. Resultado 1: Garantida a implantação do sistema de Gestão de custos operacionais do CEDSIF, IP

Neste resultado estava previsto que se efectuasse a monitoria e análise do comportamento dos custos operacionais.

Para atender ao **Resultado 1**, foi concluída a elaboração do documento da estrutura de custos do CEDSIF, IP, como resultado da actividade de *monitoria e análise do comportamento dos custos operacionais.*

2.3.2. Resultado 2: Garantida a sustentabilidade operacional do CEDSIF, IP

Para este resultado temos as destacar as seguintes acções: (i) *Prestar o Serviço de Retenção na fonte de descontos não obrigatório dos Funcionários e Agentes do Estado (FAE) aos bancos comerciais, Microbancos, Microcréditos e outras instituições com as quais tenhamos contratos de prestação de serviços;* (ii) *Implementar o plano de assistência técnica, manutenção e suporte*

do Sistema de Gestão de Informação sobre Terras; (iii) Disponibilizar funcionalidades da Plataforma Integrada de Gestão, Promoção e Comercialização de Destinos Turísticos de Moçambique (PIGTur) para o Instituto Nacional do Turismo (INATUR); (iv) Apoiar a operacionalização da aplicação Sistema de Informação e de Negociação de Mercadorias (SINEM); e (v) Apoiar a operacionalização da Plataforma Informática do Balcão de Atendimento Único (e-BAU).

No que toca à prestação do **Serviço de Retenção na fonte de descontos não obrigatório** dos FAE aos bancos comerciais, Microbancos, Microcréditos e outras instituições com as quais o CEDSIF, IP possui contratos de prestação de serviços, foram registados no Módulo de Retenção na Fonte (MRF), em 2022, 3.996.648 transacções/retenções, contra um total de 3.587.187 do ano de 2021, o que representa um **crescimento das transacções na ordem de 11,41%**.

No que toca a **disponibilização de funcionalidades da Plataforma Integrada de Gestão, Promoção e Comercialização de Destinos Turísticos de Moçambique (PIGTur) para o Instituto Nacional do Turismo (INATUR)** foi concluído o desenvolvimento do Módulo de Registo Nacional de Turismo (MRNT), Módulo de Reserva e Registo Online (MRRO), Portal de Turismo (*visitmozambique*), a Página FIKANI e o Módulo de Gestão do Atractivos (MGT) para suporte ao processo de Cadastro dos Recursos Naturais e Classificação destes em Atractivos Turísticos. Ainda no que diz respeito à este ponto, teve início o desenvolvimento do Módulo de Gestão Turística, com vista a divulgação de activos e atractivos turísticos existentes em Moçambique, tendo-se avançado com a funcionalidade que irá permitir o cadastro dos recursos turísticos, condição primária para disponibilização do Catálogo de Atractivos Turísticos.

Estas realizações permitiram ao cliente flexibilizar o processo de registo dos participantes da Feira Internacional do Turismo – FIKANI, permitindo igualmente que o utilizador tenha o acesso à informação atualizada sobre o destino turístico em Moçambique, bem como a comodidade no acesso aos serviços e produtos turísticos, através do Portal do Turismo. As realizações apontadas representam um nível de realização de 100% da meta estabelecida para o ano de 2022. De salientar que a implementação destas funcionalidades, para além dos ganhos anteriormente apresentados, vai permitir que exista um meio de facilitação da comunicação

entre os diferentes intervenientes no processo de gestão do destino, promoção, pesquisa, aquisição e comercialização do produto/serviço turístico.

Assegurou-se a **operacionalização do Sistema de Informação e de Negociação de Mercadorias (SINEM)**, que permite a comercialização de mercadorias na Bolsa de Mercadoria de Moçambique, por via de leilão, apregoação por oferta, entre outras formas aos diversos interessados. O sistema foi implementado para ser acessível por via de um navegador de *internet*, e por via de SMS. Foi igualmente concluída a implementação da funcionalidade de cadastro de corrector e venda e compra de mercadorias por apregoação por oferta. A modalidade de leilão está na ordem de 30% de desenvolvimento.

No âmbito do desenvolvimento da **Plataforma Informática do Balcão de Atendimento Único (e-BAU)**, foi desenvolvido o Módulo de Licenciamento Simplificado, estando neste momento em fase de testes, com previsão de operacionalização no primeiro trimestre de 2023.

Ainda no período em análise, e embora não previstos para ano de 2022, foram realizadas as seguintes actividades de relevo:

- Foi desenvolvido o Módulo de Gestão da Carta de Condução (MGC) para o Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários (INATRO, IP), que permite a emissão da segunda via e renovação da Carta de Condução; e
- Desenvolvidas as funcionalidades do Sistema de Cadastro e Validação de Dados (-SCVD), que permitirá, às várias entidades, procederem com a validação de dados, assegurando a autenticidade dos cidadãos em vários processos da Administração Pública (prova de vida) e sector privado, por via da biometria.

2.4. Objectivo Estratégico D - Contribuir para Realização Socioprofissional dos Colaboradores

Com este objectivo, pretende-se criar um ambiente de trabalho que propicie a realização socioprofissional do colaborador e a melhoria do seu desempenho profissional. Este objectivo está desdobrado em 1 Resultado, nomeadamente: criada capacidade humana competente no CEDSIF, IP.

2.4.1. Resultado 1: Criada capacidade humana competente no CEDSIF, IP

Para o ano de 2022, estavam previstas, como actividades para alcançar o resultado 1 as seguintes:

(i) avaliação do desempenho dos colaboradores e (ii) operacionalização do plano de capacitação dos colaboradores do CEDSIF, IP.

Quanto a avaliação de desempenho, foram avaliados positivamente **291** colaboradores.

No que tange a operacionalização do Plano de Capacitação dos colaboradores do CEDSIF, IP, em 2022, não estava prevista a realização de acções de formação uma vez estar em curso a compatibilização do modelo de contratação de entidades que ministram cursos a distância. Contudo, em termos de capacidade humana, no período em alusão, foram realizadas as seguintes capacitações:

- 1 (uma) capacitação em matérias da norma ISO 9001:2015, da qual se beneficiaram 5 colaboradores, tendo em vista garantir o desempenho das competências técnicas para os quadros que asseguram actividades na área de Conformidade e Gestão de Risco;
- Capacitados 6 técnicos, integrantes do projecto Certificação Digital, pelo Laboratório em Segurança e Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina do Brasil;
- 1 (uma) capacitação técnica sobre a elaboração do PESOE e na utilização do Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO) que contou com 3 (três) colaboradores.

2.5. Objectivo Estratégico E - Melhorar o Reconhecimento do CEDSIF, IP

Com este objectivo, pretende-se afirmar a instituição no contexto nacional e internacional pela excelência dos seus produtos e serviços, bem como assegurar a notoriedade destes e a visibilidade institucional. Este objectivo encontra-se desdobrado em dois resultados, nomeadamente: (i) Assegurada a certificação dos sistemas de gestão, e (ii) Promovida a imagem, produtos e serviços do CEDSIF, IP.

2.5.1. Resultado 1: Assegurada a certificação dos sistemas de gestão

Para este resultado, foram programadas as seguintes actividades, (i) *Proceder a implementação dos processos do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)*; (ii) *Mapear Riscos de Competências Organizacionais*; (iii) *Prosseguir com a implementação do Sistema de Gestão de Segurança de Informação (SGSI) pela norma ISO 27001:2013*.

No que toca a **implementação dos processos do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)**, foi realizada a auditoria interna ao sistema de gestão; concluído o tratamento das observações deixadas na auditoria externa ao Sistema de Gestão da Qualidade, fase 1, realizada pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER) em Novembro de 2021, no âmbito "Prestação de serviços de modernização de processos, implementação de soluções tecnológicas e desenvolvimento de Competências Organizacionais no âmbito da gestão de Finanças Públicas e áreas complementares", e foi realizada a auditoria de Concessão (Fase 2) com vista à Certificação do CEDSIF, IP na Norma ISO 9001:2015, tendo sido recomendada, pela Equipa Auditora, a **Concessão da Certificação do Sistema de Gestão Qualidade do CEDSIF, IP**, para o âmbito requerido, condicionada à análise e aceitação da proposta de correção e acção correctiva para as não conformidades verificadas, pela entidade certificadora. Assim, foi elaborado o respectivo Plano de Acções Correctivas que, após a análise pela entidade certificadora, foi atribuída a certificação ao CEDSIF, IP no escopo requerido. Paralelamente, por forma a garantir a continuidade da certificação do CEDSIF, IP no âmbito da "Prestação de serviços de apoio e atendimento aos utilizadores do e-SISTAFE" atribuída pelo INNOQ, em 2019, foi realizada uma auditoria de renovação e como resultado foi atestada a conformidade do CEDSIF, IP no cumprimento dos requisitos da Norma ISO 9001:2015 e atribuído o respectivo certificado de conformidade com validade até 04 de Setembro de 2025.

Ainda no que toca a este ponto, realça-se a realização 8ª Reunião Anual da Qualidade no dia 9 de Dezembro de 2022, sob o lema "*Mais Qualidade, Mais Valor nos Produtos e Serviços Oferecidos pelo CEDSIF, IP*", com o objectivo de fazer uma reflexão sobre o progresso alcançado na implementação de Sistemas de Gestão, visando garantir a sua contínua adequação aos objectivos da organização. Da reunião concluiu-se que o Sistema de Gestão se mantém eficaz, a avaliar pelos resultados das análises apresentadas e debatidas no mesmo evento. Espera-

se como resultado destas actividades, uma maior produtividade, riscos minimizados, definição de responsabilidades e colaboradores qualificados para exercerem suas tarefas.

Foram elaborados, e em fase de finalização, os manuais de (i) Diretrizes de Desenvolvimento Seguro; (ii) Procedimentos de Desenvolvimento de Aplicações; (iii) Procedimentos de Controlo de Recursos Financeiros. Os manuais vão permitir aos gestores e colaboradores do CEDSIF, IP, executar as suas tarefas de um modo padronizado com maior eficácia e eficiência, assegurando melhores resultados dos processos de trabalho e mais qualidade dos produtos e serviços prestados pela instituição.

No que diz respeito ao *mapeamento dos riscos de Competências Organizacionais*, foi concluído o mapeamento de riscos de seis (6) processos, nomeadamente: Planificação e Gestão estratégica; Gerir recursos Financeiros; Prestar Serviços de Alojamento e Disponibilidade das Aplicações; Prestação de Serviços de Formação; Gestão de Património e Bens de Consumo; e Gestão de Fornecedores e Aquisições. Com esta acção espera-se como ganho, uma melhoria significativa na eficiência e produtividade da Instituição.

Quanto a *implementação do Sistema de Gestão de Segurança de Informação (SGSI) pela norma ISO 27001:2013*, foi feita a manutenção dos controlos implementados nos anos anteriores, nomeadamente, assegurada a manutenção dos sistemas de controlo de acesso, CCTV, combate a incêndio, monitoria dos incidentes, vulnerabilidades e elaboração de alertas de segurança. As acções realizadas contribuíram para a robustez do sistema, proteção de dados contra danos e confidencialidade da informação contida no sistema.

No que toca à adopção de um Modelo de Sistema de Gestão Integrado do ISO, foram elaborados os Termos de Referência e dar-se-á continuidade a actividade em 2023.

Embora com metas não previstas para o ano de 2022, destacam-se as seguintes realizações, que contribuem para o alcance deste resultado:

- Realizado o piloto da operacionalização da funcionalidade no âmbito da modernização do processo de desbloqueio de utilizadores do e-SISTAFE com recurso à biometria; e

- Concluída a elaboração dos Termos de Referência para a concepção e implementação do Centro de Operações de Segurança (SOC).

2.5.2. Resultado 2: Promovida a imagem, produtos e serviços do CEDSIF, IP.

Para alcançar o resultado 2, estava programada *a realização de (i) uma (1) acção de divulgação da imagem, produtos e serviços do CEDSIF, IP*, no âmbito da divulgação de acções de prevenção, combate e detenção de fraudes no e-SISTAFE, e *(ii) um (1) programa de educação cívica*.

Relativamente a realização de **acção de divulgação da imagem, produtos e serviços, no âmbito da divulgação de acções de prevenção, combate e detenção de fraudes no e-SISTAFE**, o CEDSIF, IP expôs o e-SISTAFE, o Cadastro Único de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços ao Estado (CEF) e o Concurso Por Lances na 57ª edição da FACIM.

Foi igualmente realizado **programas de educação cívica ao público e ao sector privado**, tendo sido divulgado o e-SISTAFE Autárquico no Fórum Empresarial da Matola.

Foram ainda divulgados os procedimentos do Concurso por Lances, tendo o primeiro ocorrido na 2ª Edição da Conferência Empresarial sobre Economia e Tecnologias de Informação e Comunicação (CEETIC); e o segundo organizado pela Universidade Eduardo Mondlane.

3. SERVIÇOS DE SUPORTE INSTITUCIONAL

Para garantir a realização de actividades à luz das suas competências e atribuições, no âmbito de execução do PAO 2022, foram elaborados os instrumentos de administração e gestão do CEDSIF, IP, geridos os recursos humanos, feita a gestão de contratos de aquisição de bens e serviços e a execução orçamental.

3.1. Instrumentos de administração e gestão do CEDSIF, IP

No domínio de instrumentos de gestão, foram (i) **elaborados** o Relatório Anual de Execução do PAO 2021; Relatório de Execução do PAO 2022 referente ao primeiro trimestre, primeiro semestre, terceiro trimestre e terceiro relatório narrativo intercalar do contrato FED/2018/3098-216 (financiamento da União Europeia) - referente ao período de 6 de Julho de 2018 à 7 de Julho de 2022; (ii) **elaborado** o PAO 2023 e (iii) **actualizado** o Plano Estratégico do CEDSIF, IP para o período 2021-2024.

3.2. Recursos Humanos

O CEDSIF, IP iniciou o exercício com um efectivo de trezentos e oito (**308**) colaboradores, tendo chegado ao fim do mesmo com um efectivo de duzentos e noventa e um (**291**), dos quais sete (**7**) em licença registada e duzentos e oitenta e quatro (**284**) efectivos. Destes, cento e noventa e dois (192), correspondente a **66%**, são do sexo masculino e noventa e oito (98), correspondente a **34%**, do sexo feminino. Quanto à natureza do vínculo laboral do pessoal, duzentos e oitenta e cinco (**285**), correspondente a **98%**, são funcionários públicos e seis (**6**), correspondentes a **2%**, são contratados por tempo indeterminado.

3.3. Gestão de Contratos de Aquisição de Bens e Serviços

O Plano Anual de Aquisições (PAA) para o ano de 2022, que compreende a determinação pela unidade de forma previsional (i.) do que adquirir (objecto de contratação); (ii.) o valor estimado, (iii.) o período de lançamento e ou contratação; e (iv.) duração do contrato é apresentado de forma resumida na tabela 4 que se segue:

Tabela 4. Resumo do Plano Anual de Aquisições

N/O	Modalidade de Contratação	Nº de contratações	Nº de Contratações com actualização ao PAA	Valor Estimado	Valor Contratado
1	Ajuste Directo	19	23	32.539.990,13	52.867.509,15
2	Concurso Limitado	4	4	6.046.563,60	6.707.207,50
3	Concurso por Cotação	5	8	909.344,57	1.652.839,50
4	Concurso por Lances	16	11	72.641.751,59	65.824.085,93
5	Concurso Público	1	2	7.750.000,00	5.125.048,27
6	Serviços de Consultoria	3	0	47.895.150,00	-
6.1	Por Ajuste Directo	3	4	46.698.505,73	55.935.207,68
Sub total		51	52	214.481.305,62	188.111.898,03
N/O	Prorrogação	Nº de Prorrogações	Nº de Prorrogações Executadas	Valor Estimado	Valor Executado
1	Prorrogação de contratos de 2021	15	14	55.573.053,10	23.985.974,38
2	Prorrogação de Contrato de Consultores	30	29	25.408.701,00	38.079.688,56
Sub total		45	43	80.981.754,10	62.065.662,94
N/O	Adendas	Nº de Adendas	Nº de Adendas Executadas	Valor Estimado	Valor Executado
1	Adendas	0	12	-	10.826.143,10
Sub total					
Total		96	107	295.463.059,72	261.003.704,07

O PAA, foi sendo actualizado ao longo do ano, tendo sofrido alteração de abordagem relativamente a algumas contratações, com destaque para alguns serviços de consultoria onde se previa a contratação de uma empresa, todavia alterou-se para contratação de consultor individual por ser menos oneroso e mais efectivo.

4. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O balanço reflecte a dinâmica orçamental, faz referência às dotações inicial e actualizada, bem como, a execução orçamental. A execução, retrata o saldo inicial e as entradas ocorridas no período, bem como a sua componente de origem, incluindo as respectivas variações, a execução das despesas realizadas e o saldo financeiro registado no final do ano de 2022.

4.1. O Orçamento

O CEDSIF, IP iniciou o exercício económico de 2022 com uma dotação orçamental, no montante de **950.394.000,00 MT**, que foi actualizada para o montante de **1.498.781.251,89 MT**, o que representou um incremento de **548.387.251,89 MT**, decorrente da inscrição de saldos transitado de exercício económico de 2021 para 2022, reforço de dotação orçamental na UGE do CEDSIF, IP na rubrica de Encargos Gerais do Estado e transferência de dotações orçamentais, conforme a tabela 5.

Tabela 5 – Composição da dotação orçamental actualizada de 2022

NO	Fonte de Recurso	Dotação Inicial - MT (1)	Dotação Actualizada (DA) - MT (2)	Varição Orçamental - MT (3=2-1)
1	101RT	557.469.620,00	971.272.534,21	413.802.914,21
2	111CEDSIF	240.553.200,00	314.187.044,14	73.633.844,14
3	Componente Interna	798.022.820,00	1.285.459.578,35	487.436.758,35
4	133FCSISTAFE	-	9.082.917,88	9.082.917,88
5	134UE-CDSIF2	152.371.180,00	204.238.755,66	51.867.575,66
6	Componente Externa	152.371.180,00	213.321.673,54	60.950.493,54
7	Total	950.394.000,00	1.498.781.251,89	548.387.251,89

4.2. Execução Orçamental e Financeira

4.2.1. Saldo Inicial do dia 1 do mês de Janeiro do ano de 2022

O CEDSIF, IP transitou do exercício económico de 2021 para 2022 com saldo financeiro de **218.072.438,02 MT**, conforme ilustram os valores inseridos na seguinte tabela 6.

Destacar que, o saldo supra inclui o montante de **41.330.421,17 MT** para pagamento dos serviços de certificação de qualidade, licenças de e-Tributação, serviços de elaboração do Plano de Negócio e desenvolvimento das funcionalidades do Módulo Integrador de Dados do Ministério Público.

Tabela 6 – Saldo Inicial e Final – 2022

Descrição	Nota	Valor MT
1. Valores em MT	Tabela 7.1	180.453.778,23
2. Valores em MT Convertidos de USD	Tabela 7.2	36.543.373,94
3. Valores em MT Convertidos de EUR	Tabela 7.3	1.075.285,86
4. Total (1+2+3)		218.072.438,02

Tabela 6.1 – Mapa de Valores em MT

Descrição	Valor MT
Tesouro - MZN (133FCSISTAFE - MT)	3.871.931,40
Tesouro - MZN 134UE-CEDSIF	-
Tesouro - MZN 134UE-CEDSIF2	58.815.685,33
BCI - CEDSIF - MZN Conta 0008 0000 53737613101 80	30.270,20
BIM - CEDSIF - MZN Conta 0001 0000 00000756698 57	-
CEDSIF - Despesas, NIB n.º 0000.2210.5256.519.00.6.07, Conta n.º 5256.519.00.6	41.330.421,17
CEDSIF - Receita, NIB n.º 0000.2210.5257.519.00.4.29, Conta n.º 5257.519.00.4	15.480.027,00
111CEDSIF-Receitas Próprias	60.925.443,04
134BEL-CEDSIF	0,09
Total	180.453.778,23

Tabela 6.2 – Mapa de Valores em MT Convertidos de USD

Moeda: MT VS USD

Descrição	Moeda	Total - USD	Câmbio	Total - MT
Tesouro - USD 133FCSISTAFE	USD	220.087,33	63,83	14.048.174,27
Tesouro - USD 134UE-CDSIF2	USD	352.413,62	63,83	22.495.199,66
Total		572.500,95		36.543.373,94

Tabela 6.3 – Mapa de Valores em MT Convertidos de EUR

Moeda: MT VS EUR

Descrição	Moeda	Total - EUR	Câmbio	Total - MT
Tesouro - EUR 133FCSISTAFE	EUR	8.161,93	72,31	590.189,16
Tesouro - USD 134UE-CDSIF2	EUR	6.708,57	72,31	485.096,70
Valores em EURO – Tesouro		14.870,50		1.075.285,86

4.2.2. Entradas registadas no período

Durante o período em análise, o CEDSIF, IP foi dotado de recursos financeiros no valor de **1.358.209.780,80 MT**, provenientes de fontes distintas de recursos, tal como se apresenta de seguida:

- **364.312.700,67 MT**, de Receitas Próprias;
- **757.836.719,42 MT**, de Recursos de Tesouro;
- **227.677.826,20 MT**, de financiamento da União Europeia; e
- **8.382.534,51 MT**, de garantias em cheque e apólices de seguros.

Na componente de receitas próprias a realização foi de **151,45%**, conforme mostram as tabelas 7 e 7.1.

Na componente de dotação de recursos financeiros registou-se uma realização de **151,45%** da Receita Própria prevista, porquanto o valor cobrado excedeu o planificado em **50.125.656,53 MT**, e a receita de 2021 superou em **125.790.823,38 MT** a de igual período do exercício económico de 2020, conforme ilustram as tabelas 7 e 7.1 seguinte, resultante de alteração de preços e do processo de cobranças das dívidas antigas, em destaque o BCI, Bayporte e MBC.

Tabela 7 –Receitas Próprias (Moeda: MT)

#	Descrição	Nota	Dotação Inicial (1)	Dotação Actualizada (2)	Cobranças (3)	Grau de Cobrança (4=3/2)
1	Orçamento (A)	Tabela 8.1	240.553.200,00	240.553.200,00	364.312.700,67	151,45%
2	Inscrição no orçamento (B)			73.633.844,14		0,00%
3	Total (C=A+B)		240.553.200,00	314.187.044,14	364.312.700,67	115,95%

Tabela 7.1 – Dinâmica de entradas globais (Moeda: MT)

CÓDIGO	Receitas Proprias - CEDSIF	Receitas Cobradas de Janeiro a Dezembro de 2022 (1)	Receitas Cobradas de Janeiro a Dezembro de 2021 (2)	Diferenças (3=1-2)
233	LETSHEGO	38.175.672,00	46.355.183,00	(8.179.511,00)
234	BANCO +	18.782.876,00	16.675.923,71	2.106.952,29
278	BAYPORT	99.119.467,00	66.653.435,00	32.466.032,00
436	DZUA	5.840,00	6.161,00	(321,00)
437	FIRST CAPITAL BANK, S.A.	7.026.205,96	505.874,00	6.520.331,96
439	MICROBANCO CONFIANÇA	261.508,00	266.944,00	(5.436,00)
440	YAMUKELA MICROCRÉDITO	1.663,00	8.554,00	(6.891,00)
441	CHURI MICROCRÉDITO	4.257,00	-	4.257,00
443	ELYOUNG	144.849,00	1.880,00	142.969,00
451	BCI	108.090.380,00	54.808.151,00	53.282.229,00
452	BIM	26.966.523,00	19.818.128,00	7.148.395,00
454	MBC (OPORTUNIDADE)	38.133.588,00	17.757.795,00	20.375.793,00
455	ABSA	117.537,00	12.126,00	105.411,00
456	STANDARD BANK	3.478,00	658,00	2.820,00
459	MOZABANCO (TRANSAÇÕES)	16.218.256,14	7.714.470,99	8.503.785,15
478	UBA	1.905.958,00	28.483,00	1.877.475,00
479	SANLAM	208.390,00	172.439,00	35.951,00
480	SO CRÉDITO	236.767,00	21.432,00	215.335,00
481	ECO-BANK	114.519,00	148.759,00	(34.240,00)
482	BANCABC		2.078.785,00	(2.078.785,00)
483	XTENDA	2.523.829,00	2.622.560,00	(98.731,00)
484	FFH	104.573,00	76.991,00	27.582,00
487	BESTIL	8.580,00	-	8.580,00
488	SERVCRE	638.026,00	416.018,00	222.008,00
499	ACCESS BANK MOZAMBIQUE	1.762.195,00	34.874,00	1.727.321,00
501	RAPIDO MICROCRÉDITO	11.008,00	100.000,00	(88.992,00)
	DIVERSAS ENTRADAS	2.884.110,57	-	2.884.110,57
	ESCOLA DO CEDSIF	215.645,00	72.240,20	143.404,80
	INTIC/INAGE		246.277,14	(246.277,14)
	MOVITEL	162.000,00	162.000,00	-
	NEDBANK	100.000,00		100.000,00
	PROVEITOS FINANCEIROS		4.543,18	(4.543,18)
	TRIBUNAL ADUANEIRO	385.000,00	550.000,00	(165.000,00)
	VIGIAM		1.201.192,07	(1.201.192,07)
	1.TOTAL	364.312.700,67	238.521.877,29	125.790.823,38

4.2.3. Execução

No período em análise, o CEDSIF, IP executou despesas no montante de **1.032.960.845,46 MT**, sendo que **233.892,40 MT** foram executados Via Indirecta⁸, e **1.032.726.953,06 MT** foram executados através da Via Directa e por Adiantamento de Fundos, e que totalizam o correspondente à **68,90%** da dotação actualizada de **1.498.781.251,89 MT**, sendo que as despesas efectuadas, por componente, são as seguintes:

- Despesas na componente de funcionamento pagas no montante de **842.597.881,78 MT**, correspondente a **83,43 %** da sua dotação actualizada; e
- Despesas na componente de investimento pagas no montante de **190.129.071,28 MT**, correspondente a **38,99 %** da sua dotação actualizada.

Destacar que, o Adiantamento de Fundos foi no montante de **36.842.138,47 MT**, deste **27.038.960,64 MT**, foi transferido a favor da empresa Oracle, no ano de 2022, e **9.544.827,52 MT** será transferido a favor da empresa da Consultoria MZB, no ano de 2023.

As informações seguintes, nas tabelas 8 e 9, ilustram a execução das despesas realizadas por Fonte de Recurso - FR e Classificador Económico da Despesa - CED.

Tabela 8 – Execução Orçamental e Financeira do CEDSIF, IP de 2022 – FR

Moeda: MT

#	Fonte de Recurso	Dotação Inicial (1)	Dotação Actualizada (DA) (2)	Váriação Orçamental (3=2-1)	Despesa Paga (DP) (4)	Saldo Orçamental (5=4-2)	Grau de Execução (6=4/2)
1	101RT	557.469.620,00	971.272.534,21	413.802.914,21	757.836.719,42	213.435.814,79	78,03%
2	111CEDSIF	240.553.200,00	314.187.044,14	73.633.844,14	213.990.664,61	100.196.379,53	68,11%
3	Componente Interna	798.022.820,00	1.285.459.578,35	487.436.758,35	971.827.384,03	313.632.194,32	75,60%
4	133FCSISTAFE	-	9082917,88	9.082.917,88	5.353.096,93	3.729.820,95	58,94%
5	134UE-CDSIF2	152.371.180,00	204238755,7	51.867.575,66	55.546.472,10	148.692.283,56	27,20%
6	Componente Externa	152.371.180,00	213.321.673,54	60.950.493,54	60.899.569,03	152.422.104,51	28,55%
7	Total	950.394.000,00	1.498.781.251,89	548.387.251,89	1.032.726.953,06	466.054.298,83	68,90%

⁸ Inclui despesas referente ao reembolso de refeições, despesas bancárias, ajudas de custos

Tabela 9 – Execução Orçamental e Financeira do CEDSIF, IP de 2022 – CED – Moeda MT

#	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ACTUALIZADA (DA) (1)	DESPESAS PAGAS (2)	SALDO ORÇAMENTAL (3=1-2)	GRAU DE EXECUÇÃO (4=2/1)
1	SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	690.589.475,75	623.926.478,67	66.662.997,08	90,35%
2	SERVIÇOS	557.015.899,53	329.478.348,70	227.537.550,83	59,15%
3	MAQUINARIA EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	172.841.682,52	37.030.108,63	135.811.573,89	21,42%
4	DEMAIS DESPESAS COM PESSOAL	27.601.983,20	20.332.443,20	7.269.540,00	73,66%
5	BENS	25.301.284,01	7.463.258,14	17.838.025,87	29,50%
6	DEMAIS BENS DE CAPITAL	19.557.707,36	8.623.096,21	10.934.611,15	44,09%
7	RETROACTIVOS SALARIAIS	5.773.219,52	5.773.219,51	0,01	100,00%
8	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES A FAMÍLIAS	100.000,00	100.000,00	-	100,00%
	TOTAL	1.498.781.251,89	1.032.726.953,06	466.054.298,83	68,90%

O nível de execução orçamental foi de **68,90 %**, como consequência de influência negativa dos seguintes factores:

- Cancelamento de concursos devido ao valor estimado estar abaixo da oferta dos fornecedores;
- Alteração do valor contratualizado por parte do contratado;
- Ordens de pagamento (OP) estornadas no e-SISTAFE, no final do exercício do exercício económico de 2022; e
- Trabalhos contratados e não terminados no tempo previsto. A maioria destes concernente a componente externa, conforme se depreende na tabela 10 a seguir:

Tabela 10 – Contratos realizados e não pagos – (Despesas por pagar em 2023)

Objecto de Contratação	CED	Descrição do CED	FR	Dotação Orçamental 2022 (Despesa Por Pagar) - MT
Equipamentos informáticos e segurança para Projecto de Serviços de Certificação	212000	Equipamento	101 RT	24.921.000,00
Comunicações	122001	Comunicações	101 RT	1.197.371,53
Comunicações	122001	Comunicações	101 RT	4.751.670,00
Equipamentos informáticos	212000	Equipamento	134UECDSIF2	84.483.788,26
IVA - Equipamento Informático	212000	Equipamento	134UECDSIF2	1.005.507,66
IVA - Equipamento Informático	212000	Equipamento	134UECDSIF2	2.588.250,00
Total de despesas por pagar (1)				118.947.587,45
Total Dotação Actualizada (2)				1.498.781.251,89
Percentagem (3=1/2)				7,94%

4.2.4. Saldo financeiro do dia 31 do mês de Dezembro do ano de 2022

Na sequência das operações financeiras ocorridas ao longo do exercício económico de 2022, o CEDSIF, IP, face à disponibilidade financeira de **1.576.282.218,82 MT**, resultante de saldos transitados de 2021 para 2022, no valor total de **218.072.438,02 MT**, e entradas de recursos financeiros, no montante de **1.358.209.780,80 MT**, efectuou pagamentos de despesas no valor de **1.084.492.955,12 MT**, deste **1.032.960.845,46 MT** das despesa pagas por Via Directa e Indirecta e **51.532.109,67 MT** de transferências às entidades externas, diferenças cambiais de compra e venda de moeda, o que resultou o saldo final financeiro, a 31 de Dezembro de 2022, de **491.789.263,70 MT**.

O saldo final inclui:

- O montante de **483.406.729,19 MT** (inclui **9.544.827,52 MT** para pagamentos dos serviços de elaboração do Plano de Negócio e desenvolvimento das funcionalidades do Módulo Integrador de Dados do Ministério Público), corresponde o montante do CEDSIF, IP transitado do exercício económico de 2022 para 2023, conforme ilustram as tabelas, 11; 11.1; 11.2 e 11.3 abaixo; e
- O montante de **8.382.534,51 MT**, corresponde as garantias em cheque e apólices de seguros.

Tabela 11: Mapa de Saldo Final

Descrição	Nota	Valor MT
1. Valores em MT	Tabela 12.1	377.976.514,04
2. Valores em MT Convertidos de USD	Tabela 12.2	98.171.258,95
3. Valores em MT Convertidos de EUR	Tabela 12.3	7.258.956,20
4. Total (1+2+3)		483.406.729,19

Tabela 11.1 – Mapa de Saldo Final

Moeda: Metical

Descrição	Valor
Tesouro - MZN (133FCSISTAFE - MT)	479.428,33
Tesouro - MZN 134UE-CEDSIF	
Tesouro - MZN 134UE-CEDSIF2	134.047.772,84
BCI - CEDSIF - MZN Conta 0008 0000 53737613101 80	135.811,00
BIM - CEDSIF - MZN Conta 0001 0000 00000756698 57	0,00
CEDSIF - Despesas, NIB n.º 0000.2210.5256.519.00.6.07, Conta n.º 5256.519.00.6	9.750.263,04
CEDSIF - Receita, NIB n.º 0000.2210.5257.519.00.4.29, Conta n.º 5257.519.00.4	47.305.435,96
111CEDSIF-Receitas Tróprias	186.257.802,78

134BEL-CEDSIF	0,09
Total	377.976.514,04

Tabela 11.2 – Mapa de Valores em MT Convertidos de USD

Moeda: MT VS USD

Descrição	Moeda	Valor USD	Câmbio	Valor MT
Tesouro - USD 133FCSISTAFE	USD	220.087,33	63,87	14.056.977,77
Tesouro - USD 134UE-CDSIF2	USD	1.316.960,72	63,87	84.114.281,19
Total		1.537.048,05		98.171.258,95

Tabela 11.3 – Mapa de Valores em MT Convertidos de EUR

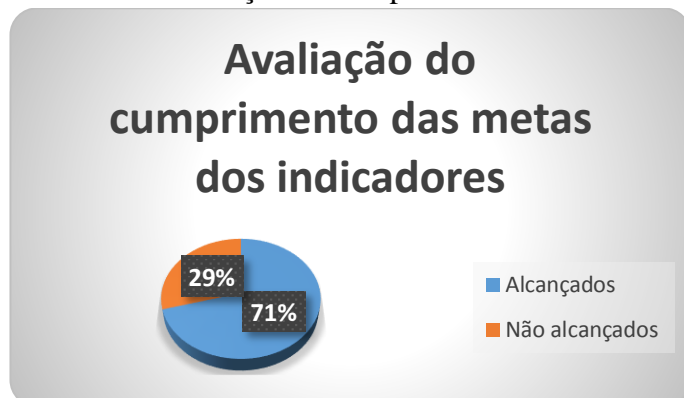
Moeda: MT VS EUR

Descrição	Moeda	Valor USD	Câmbio	Valor MT
Tesouro - Eur 133FCSISTAFE (Nota 13)	EUR	8.161,93	68,18	556.480,39
Tesouro - USD 134UE-CDSIF2 (Nota 14)	EUR	98.305,60	68,18	6.702.475,81
Total		106.467,53		7.258.956,20

5. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

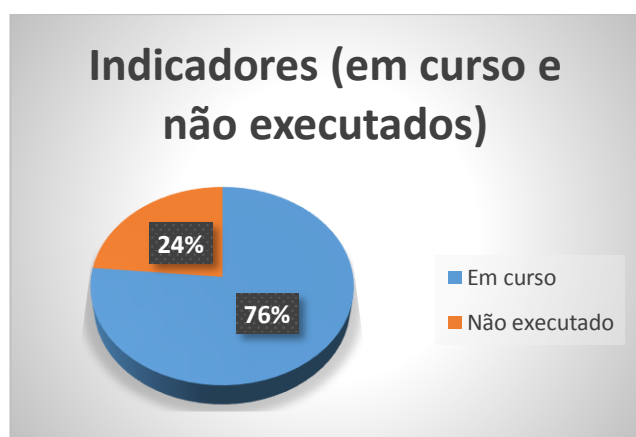
O PAO do CEDSIF, IP 2022 integra um total de 44 actividades, das quais 21 deviam ser concluídas no ano de 2022. Do total de 58 indicadores programados, e que respondem as actividades previstas para o exercício de 2022, tiveram suas metas concluídas **41, o equivalente à 71%**, conforme ilustrado no gráfico 3.

Gráfico 3: Avaliação do cumprimento das metas dos indicadores



Total de indicadores para 2022	Alcançados	Não alcançados
58	41	17
100%	71%	29%

Gráfico 5: indicadores não alcançados.



Total de indicadores não alcançados	Em curso	Não executado
17	13	4
100%	76%	24%

A avaliação sobre a implementação do Plano de Actividades e Orçamento (PAO) 2022 no exercício de 2022 é positiva, uma vez que 71%, dos indicadores tiveram suas metas integralmente alcançadas.

6. ANEXOS

Anexo I: Matriz de Controlo da Dinâmica de Execução do PAO 2022.

Anexo II: Mapa de Execução do Plano de Aquisições de Bens e de Serviços em 2022.

Anexo III: Recursos Humanos em 2022.

